

25.000 1992

4 — JORNAL DA TARDE

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO  
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598  
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO  
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
 (1927 - 1969)

## Diretor Responsável

RUY MESQUITA

## Diretores

Júlio de Mesquita Neto  
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
 Ruy Mesquita  
 César Tácito Lopes Costa  
 José M. Homem de Montes  
 Oliveiros S. Ferreira

## Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

## Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

## Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

## Editor Chefe

Celso Kinjo

## Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

## Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

## Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

## Saudosistas dos choques

Certamente saudosos dos tempos em que intervinham com violência na economia e, com congelamentos, quebravam o termômetro da inflação mas não atacavam as causas do problema, economistas heterodoxos que passaram pelo governo voltam a pedir um “plano” antiinflacionário. No debate promovido na semana passada pela rádio **Nova Eldorado AM**, esses economistas, embora admitissem sinais positivos na economia, sugeriram a adoção de medidas duras para combater a inflação.

Quem defendeu de forma clara um novo choque econômico foi o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, que, com uma dessas fórmulas conhecidas do receituário heterodoxo, baixou a inflação abruptamente em junho de 1987 mas deixou o cargo em dezembro daquele ano quando a inflação, como era previsível, voltou a subir de maneira acelerada. “Não conheço nenhum país que tenha resolvido o problema sem um choque. Precisamos de uma medida heróica”, disse Bresser ao debater com o ex-ministro e deputado federal Roberto Campos.

O que de pior poderia acontecer neste momento — em que “o País parou de piorar e, provavelmente, começará a melhorar”, como disse Campos — seria a adoção de medidas heterodoxas. Essas medidas, às quais o governo recorreu com regularidade de 1986 até o início do ano passado, não apenas se revelaram inteiramente inócuas — pois a inflação, apenas temporariamente escondida, ressurgia revigorada — como produziram enorme desorganização da economia e inibiram o investimento.

O País não precisa, como nunca precisou, de choques heterodoxos. Precisa, isto sim, de um choque de liberdade, como costuma dizer o deputado Roberto Campos, e de reformas estruturais, entre as quais a tributária.

E por este caminho que, felizmente, vai seguindo a equipe do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Ao mesmo tempo em que mantém

rigidas políticas monetária e fiscal, a equipe econômica, diz o ministro, vai usar os instrumentos legais de que dispõe para forçar alguns setores da economia a moderarem os reajustes de preços. Vai também estreitar os contatos com o Congresso visando à aprovação da reforma tributária que simplifique o sistema e reduza o número de impostos (de 52 para 8, como admite o ministro). Mas não aplicará nenhum choque na economia. “Quem determina os preços do produto é o mercado, apenas o mercado”, diz o ministro.

Os resultados de uma política como essa, embora duradouros, não são imediatos, como a brusca — mas ilusória, ressalve-se — queda da inflação que se observa nos choques heterodoxos. Mesmo assim, aos bons resultados obtidos pela equipe econômica no front externo — o acordo fechado com o FMI; a conclusão, esperada para hoje, das negociações com os credores oficiais reunidos no Clube de Paris; e a possibilidade de se acelerar os entendimentos com os credores particulares — somam-se episódios que mostram que as leis de mercado voltam a funcionar.

Nem mesmo uma estatal gigantesca como a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobrás, pôde escapar à briga pelo mercado e viu-se obrigada a oferecer descontos aos consumidores. O imenso estoque de 48 mil unidades nas montadoras e na rede de distribuidoras de veículos é o melhor retrato de que o mercado não aceita os preços impostos pelas fábricas.

Patrões e empregados, fornecedores e clientes, indústria e comércio já vêm negociando, em casos ainda isolados, acordos de salários e preços que permitam manter as empresas funcionando e os trabalhadores empregados. A recessão acabará por ampliar essas negociações até que seja possível — ainda que depois de muitas tentativas frustradas — se chegar a um pacto que, sem choques, permita à sociedade encontrar o caminho para sair da inflação e da recessão.